

SUMÁRIO

ARTIGOS DOUTRINÁRIOS

<i>Regulação da inteligência artificial no Judiciário Brasileiro: análise do objeto e definições da Resolução CNJ nº 615/2025</i>	
Maurício Antonio Tamer	17
<i>A importância do ensino jurídico fundado no "método do caso" (case method) na era dos precedentes qualificados no Direito brasileiro</i>	
José Cardoso Dutra Junior	37
<i>Análise jurídica da Lei Complementar nº 214/2025: papel dos instrumentos fiscais verdes para uma transição sustentável</i>	
Aysla Catarina Oliveira Nascimento; Fernando da Silva Cardoso	57
<i>Implicaturas no Direito: quando a lei diz sem dizer</i>	
Fernando Mariath Rechia	75
<i>Regulamentação das plataformas de rede social: limites ao direito à liberdade de expressão no espaço social marcado pela desinformação</i>	
Náthaly F. W. Lima; Margarete M. Silveira; Maira A. C. Tonial	89
<i>O fronteiroço na legislação migratória brasileira</i>	
Daniel Chiaretti	111
<i>O pragmatismo jurídico em defesa da democracia: o caso Vladimir Herzog</i>	
Eduardo Muller Gomes; Clarice von Oertzen de Araujo	127
<i>La motivación como garantía procesal</i>	
Lorenzo Mateo Bujosa Vadell	149
<i>Inteligencia artificial y derechos humanos: entre oportunidades, riesgos y remedios</i>	
María Fernanda Sánchez Díaz	177
<i>A prova diabólica na prisão em flagrante</i>	
Leonardo Pordeus Barroso, Alan Robson Alexandrino Ramos	191

JURISPRUDÊNCIA

ÓRGÃO ESPECIAL

Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas admitido nesta Corte. Agravo Interno contra decisão de sobrestamento. Irrecorribilidade. Ausência de prejuízo à parte agravante. Afetação do tema 1.242/STJ, posterior à instauração e admissão daquele IRDR pelo Órgão Colegiado. Perda de objeto superveniente. Inocorrência. Inaplicabilidade ao caso do art. 976, § 4º do CPC.

IRDR [5011902-34.2023.4.03.0000](#)

Desembargador Federal Johansom Di Salvo 209

Conflito Negativo de Competência. Apelação em Embargos à Execução Fiscal. Contribuições especiais. Matéria de especialidade da Primeira e da Segunda Seções do Tribunal. Critério da especificidade. Competência das Turmas da Primeira Seção. CCCiv [5012409-24.2025.4.03.0000](#)

Desembargador Federal Nelson dos Santos 211

PRIMEIRA SEÇÃO

Primeira Turma

Ação regressiva acidentária. INSS contra empregador. Acidente de trabalho com óbito de funcionária. Negligência parcial do empregador e culpa concorrente da vítima. Responsabilidade parcial pelo ressarcimento.

ApCiv [0004885-11.2013.4.03.6102](#)

Desembargador Federal Renato Becho 212

Propriedade industrial. Conteúdo audiovisual com crítica a serviço público. Liberdade de expressão preservada. Utilização indevida e depreciativa de marcas registradas. Tutela específica para remoção de conteúdo e abstenção de novas veiculações.

ApCiv [0018120-51.2013.4.03.6100](#)

Desembargador Federal Herbert de Bruyn 214

Mandado de Segurança. Contribuição previdenciária. Incidência sobre o 13º salário proporcional ao aviso prévio indenizado. Incidência sobre terço constitucional de férias. Não incidência sobre salário-maternidade. Compensação. Possibilidade.

ApelRemNec [5003057-86.2018.4.03.6111](#)

Desembargador Federal Carlos Muta 216

Sistema financeiro de habitação. "Programa minha casa, minha vida". Contrato de compra e venda de terreno e mútuo para construção de unidade habitacional. Legitimidade passiva da CEF. Atraso na entrega da obra. Rescisão contratual. Restituição dos valores pagos. Responsabilidade solidária. Danos materiais e morais.

ApCiv [5005772-65.2019.4.03.6144](#)

Desembargador Federal Antonio Morimoto 218

Medida Cautelar Fiscal. Redirecionamento da responsabilidade tributária. Desnecessidade de incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Configuração de grupo econômico e confusão patrimonial.

ApCiv [5001126-80.2020.4.03.6110](#)

Desembargador Federal David Diniz 220

Adesão a parcelamento (PERT). Consolidação de débitos fiscais em parcelamento tributário. Renúncia presumida ao direito sobre o qual se funda a ação. Extinção da controvérsia judicial e de efeitos acessórios, inclusive honorários advocatícios.

ApCiv [5000265-80.2023.4.03.6113](#)

Desembargador Federal Cotrim Guimarães 222

Segunda Turma

Licenciamento *ex officio* de militar temporário. Incapacidade auditiva parcial. Inexistência de nexos causal com a atividade militar. Ausência de invalidez. Impossibilidade de reintegração ou reforma *ex officio*.

ApCiv [5001313-74.2018.4.03.6105](#)

Desembargadora Federal Renata Lotufo 224

Contrato de penhor. Roubo de joias em agência bancária. Indenização por danos materiais. Impossibilidade de indenização por danos morais.

ApCiv [5002425-81.2018.4.03.6104](#)

Desembargador Federal Alessandro Diaféria 226

Fraude bancária via pix. Transferência indevida. Vazamento de dados pessoais. Responsabilidade objetiva da instituição financeira. Ilegitimidade passiva da instituição de pagamento destinatária. Danos morais. Majoração.

ApCiv [5010754-40.2022.4.03.6105](#)

Desembargador Federal Carlos Francisco 227

Propriedade industrial. Registro de marca. Indeferimento administrativo pelo INPI. Princípio da especialidade. Risco de confusão e associação indevida.

ApCiv [5024674-28.2024.4.03.6100](#)

Desembargadora Federal Audrey Gasparini 229

SEGUNDA SEÇÃO

IRDR. Questão preliminar de competência. Distribuição. Processo originário. IRDR não possui autonomia, estando necessariamente vinculado a um processo-base.

IRDR [5028336-40.2019.4.03.0000](#)

Desembargador Federal Valdeci dos Santos 231

Embargos de Declaração em IRDR. REVALIDA. Apresentação de diploma no ato de inscrição. Ilegitimidade da exigência. Tese jurídica firmada. Pedido de modulação dos efeitos do acórdão. Declaração expressa do Tribunal de que as alterações promovidas pela Portaria nº 251/2023 não teriam sido objeto de julgamento do IRDR: desnecessidade.

IRDR [5016497-47.2021.4.03.0000](#)

Desembargadora Federal Adriana Pileggi 232

IRDR. Existência de Recursos Especiais afetados ao regime dos repetitivos (Tema 1339 do STJ). Aplicação do artigo 976, § 4º, do CPC. Inadmissibilidade.

IRDR [5029964-25.2023.4.03.0000](#)

Desembargador Federal André Nabarrete 234

IRDR. Conselho Regional de Medicina. Inscrição provisória. Revalidação de diploma estrangeiro. Inadmissão.

IRDR [5001511-83.2024.4.03.0000](#)

Desembargador Federal Carlos Delgado 235

Terceira Turma

Improbidade administrativa. Desvio de verbas federais vinculadas a programas sociais. Dolo comprovado. Majoração de multa civil. Possibilidade.

ApCiv [0013814-14.2014.4.03.6000](#)

Desembargadora Federal Consuelo Yoshida 237

Ação monitória. Anistia política. Reparação econômica em prestação única. Prescrição incorrente. Transmissão aos herdeiros. Possibilidade.

ApCiv [5000244-85.2019.4.03.6100](#)

Desembargador Federal Rubens Calixto 239

Decisão monocrática terminativa com resolução de mérito. Fornecimento do medicamento "Upadacitinibe" (Rinvoq). Tutela de urgência.

ApCiv [5001909-76.2024.4.03.6322](#)

Desembargador Federal Carlos Delgado 240

Inscrição para o exame de qualificação técnica para despachante aduaneiro. Decreto nº 6.759/2009. Instrução Normativa RFB nº 1.209/2011. Impossibilidade. Reserva legal.

ApCiv [5000256-63.2025.4.03.6141](#)

Desembargador Federal Nery Júnior 250

Quarta Turma

Embargos à Execução Fiscal. IPTU. Notificação. Validade. Imóvel da extinta RFFSA. Sucessão pela União. Imunidade recíproca. Inaplicabilidade. Fato gerador anterior à sucessão. Notificação do contribuinte. Não recebimento. Ônus da prova do devedor.

ApCiv [0003866-29.2011.4.03.6105](#)

Desembargador Federal Marcelo Saraiva 252

Responsabilidade civil do Estado. Erro médico. Não comprovado. Realizada perícia médica. Ausência de nexo causal. Indenização por danos materiais, morais e estéticos. Descabimento.

ApCiv [0017351-72.2015.4.03.6100](#)

Desembargador Federal Wilson Zauhy 254

Mandado de Segurança. Utilização de nome fantasia por corretor de imóveis pessoa física. Vedação regulamentar pela Resolução COFECI nº 1.065/2007.

ApelRemNec [0018577-15.2015.4.03.6100](#)

Desembargadora Federal Leila Paiva 256

Improbidade administrativa. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Repasses para aquisição de gêneros alimentícios. Alegação de desvio. Dificuldades para cumprimento de regras do programa. Irregularidades que não configuram improbidade. Dano ao erário que não pode ser presumido.

ApCiv [5003586-45.2017.4.03.6110](#)

Juíza Federal Convocada Silvia Figueiredo Marques..... 258

Ação Civil Pública. Legitimidade passiva. *Holding*. Responsabilidade solidária e subsidiária. Indeferimento de exclusão do polo passivo.

AI [5014916-55.2025.4.03.0000](#)

Desembargadora Federal Mônica Nobre..... 259

Sexta Turma

Direito à saúde. SUS. Fornecimento de medicamento de alto custo. Registro na ANVISA. Medicamento não incorporado ao sus para a AME Tipo I. Tema 1234 do STF. Requisitos cumpridos. Honorários sucumbenciais. Equidade. *Astreintes*.

ApelRemNec [5002849-33.2021.4.03.6100](#)

Desembargadora Federal Marisa Santos 261

Ensino superior. Registro de diploma. Cancelamento. Restabelecimento do diploma. Indenização por danos morais. Cabimento. Honorários advocatícios.

ApCiv [5002758-13.2022.4.03.6130](#)

Desembargador Federal Mairan Maia 263

Execução fiscal. Penhora no rosto dos autos. Hospital filantrópico. Lei nº 14.334/2022. Interpretação restritiva. Numerário e receitas. Impenhorabilidade não configurada. Ausência de prova de essencialidade.

AI [5026232-02.2024.4.03.0000](#)

Desembargadora Federal Giselle França 264

Revogação do benefício fiscal do PERSE. Ato declaratório executivo RFB nº 02/2025. Inexistência de violação ao art. 178 do CTN, aos princípios do direito adquirido, da segurança jurídica e da anterioridade.

ApCiv [5000979-24.2025.4.03.6128](#)

Desembargador Federal Souza Ribeiro 266

TERCEIRA SEÇÃO

Ação Rescisória. Honorários advocatícios. Legitimidade do advogado. Controvérsia jurisprudencial à época do julgado. Incidência da Súmula 343 do STF.

AR [5006423-60.2023.4.03.0000](#)

Desembargador Federal Marcus Orione 268

Sétima Turma

Mandado de Segurança. Sentença *ultra petita*. Aposentadoria por tempo de contribuição pessoa com deficiência. Períodos de gozo de auxílio doença previdenciário e aposentadoria por invalidez. Segurada facultativa. Contribuições recolhidas pelo plano simplificado. Ausência de complementação.

ApelRemNec [5002185-26.2023.4.03.6134](#)

Desembargador Federal Marcelo Vieira..... 270

Revisão da vida toda. Superação do Tema 1.102/STF pelo julgamento das ADIS 2.110 e 2.111. Inaplicabilidade da regra definitiva do art. 29 da Lei 8.213/1991. ApCiv [5005924-25.2023.4.03.6128](#)

Desembargadora Federal Inês Virgínia 272

Competência federal delegada. Artigo 109, § 3º, da CF/88. Lei nº 13.876/2019. Resolução PRES nº 495/2022. Foro de domicílio da parte autora não existe Vara Federal, nem Juizado Especial Federal, o que faculta sua opção em ajuizar a demanda na Justiça Estadual.

AI [5015877-93.2025.4.03.0000](#)

Desembargador Federal Erik Gramstrup 274

Auxílio-doença. Qualidade de segurada. Doença degenerativa. Perda de segurada pouco antes da fixação da incapacidade. Flexibilização. Agravamento da patologia. Concessão do benefício.

ApCiv [5121600-77.2025.4.03.9999](#)

Desembargador Federal Jean Marcos 275

Oitava Turma

Tempo de serviço especial. Trabalhador rural em lavoura de cana-de-açúcar e café. Exposição a agentes químicos e biológicos. Períodos anteriores à Lei nº 9.032/1995. Presunção de insalubridade. PPP como prova idônea. Aplicação do princípio *tempus regit actum*.

ApCiv [0007338-49.2018.4.03.9999](#)

Desembargadora Federal Silvia Rocha..... 277

Sentença condicional. Reconhecimento de tempo especial. Cortador de cana. Exposição a agentes químicos. Exposição à calor excessivo. Risco de explosão. Laudo pericial. Conversão de tempo especial. Aposentadoria por tempo de contribuição. Tema 1124/STJ.

ApCiv [5511640-42.2019.4.03.9999](#)

Desembargadora Federal Louise Filgueiras 279

Cumprimento de sentença. Readequação de benefício previdenciário concedido antes da Constituição Federal de 1988 aos tetos das Emendas Constitucionais nº 20/1998 e 41/2003. Aplicação da metodologia do tema repetitivo n. 1.140 do STJ. Limitadores históricos. Cálculos da contadoria judicial.

AI [5022534-56.2022.4.03.0000](#)

Juiz Federal Convocado Ciro Brandani 282

Auxílio-acidente. Não comparecimento a perícias designadas. Ausência de comprovação de sequela redutora da capacidade laboral. Ônus da prova do autor. Impossibilidade de extinção sem julgamento de mérito.

ApCiv [5002330-66.2024.4.03.6128](#)

Desembargadora Federal Therezinha Cazerta..... 284

Aposentadoria por invalidez/auxílio-doença. Restabelecimento de benefício previdenciário. Ausência de pedido de reimplantação/prorrogação de seu benefício anterior. Julgamento do RE nº 631.240/MG.

ApCiv [5131203-77.2025.4.03.9999](#)

Desembargador Federal Toru Yamamoto 286

Nona Turma

- Juízo de retratação. Incidência de juros de mora entre a conta de liquidação e a expedição do precatório. Aplicação do tema 96 do STF.
 ApCiv [0008649-97.2006.4.03.6183](#)
 Desembargadora Federal Cristina Melo..... 287
- Aposentadoria por incapacidade permanente. Esquizofrenia. Dispensa de carência. Agravamento da doença. Qualidade de segurado.
 ApCiv [0000103-26.2021.4.03.9999](#)
 Desembargador Federal Gilberto Jordan 289
- Pensão por morte. União estável. Necessidade de início de prova material contemporânea. Lei nº 13.846/2019. Ausência de documentos relativos aos 24 meses anteriores ao óbito. Prova exclusivamente testemunhal. Impossibilidade. Tutela provisória revogada. Devolução de valores.
 ApCiv [5005447-36.2022.4.03.6128](#)
 Desembargador Federal Fonseca Gonçalves..... 290
- Revisão de aposentadoria. Atividades concomitantes. Soma dos salários-de-contribuição. Tema nº 1.070 do STJ. Inexistência de contribuição a regime próprio.
 ApCiv [5011242-81.2024.4.03.6183](#)
 Desembargadora Federal Daldice Santana 292
- Sigilo processual. Dados pessoais. Inaplicabilidade da LGPD aos processos judiciais. Ausência de hipótese legal do art. 189 do CPC.
 AI [5016460-78.2025.4.03.0000](#)
 Desembargadora Federal Ana Iucker 294

Décima Turma

- Cumprimento de sentença. Falecimento do exequente e de sua dependente previdenciária. Habilitação dos filhos. Discussão acerca de testamento e de contratos particulares de cessão de crédito. Justiça estadual. Processo de inventário.
 ApCiv [0001621-97.2014.4.03.6183](#)
 Desembargador Federal Nelson Porfírio 295
- Mandado de Segurança. Aposentadoria por tempo de contribuição. Contribuinte individual. Recolhimento de contribuições em atraso. Cômputo para tempo de contribuição. Possibilidade. Carência já implementada. Direito adquirido às regras anteriores à EC 103/2019.
 ApCiv [5000099-52.2021.4.03.6102](#)
 Desembargador Federal Maurício Kato 297
- Atividade especial. Exposição à eletricidade superior a 250 volts. Possibilidade de reconhecimento após o Decreto nº 2.172/1997. Caráter exemplificativo do rol de agentes nocivos. EPI. Tema 1090/STJ. Tema 534/STJ.
 ApCiv [5021909-63.2023.4.03.6183](#)
 Desembargador Federal Marcos Moreira 298

Conversão de aposentadoria por incapacidade permanente em aposentadoria por idade programada. Impossibilidade. Configuração de desaposentação.

ApCiv [5000534-85.2024.4.03.6113](#)

Desembargador Federal João Consolim 300

Benefício assistencial previsto no artigo 203, V, da Constituição Federal e artigo 20 da Lei nº 8.742/1993. Estudo socioeconômico. Pessoa dentro do espectro autista e com deficiência intelectual severa. Imigrante. Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do Conselho Nacional de Justiça. Termo inicial do benefício. Data do requerimento administrativo.

ApCiv [5001132-43.2024.4.03.6144](#)

Desembargadora Federal Gabriela Araújo 302

QUARTA SEÇÃO

Acordo de não persecução penal. Indeferimento. Existência de ação penal em curso à época da recusa. Posterior absolvição em *Habeas Corpus*. Irrelevância. Fundamentos autônomos para a recusa: montante elevado sonegado, insuficiência do ajuste para reprovação e prevenção do delito e ausência de confissão. Tema 990/STF. Compartilhamento de dados bancários e fiscais pela Receita Federal com o Ministério Público. Informações públicas, montantes globais e dados fiscais requisitáveis nos termos da LC nº 75/93. Ausência de ilegalidade ou violação ao sigilo.

RevCrim [5018107-11.2025.4.03.0000](#)

Desembargador Federal Fausto De Sanctis 304

Quinta Turma

Artigo 273, § 1º-B, I, do CP. Inconstitucionalidade do preceito secundário do crime previsto no art. 273, §1º-B, do CP. Repristinação. Pena de 1 (um) a 3 (três) anos de reclusão. Preliminar: *sursis* processual cabível. Retorno dos autos à primeira instância. Oportunidade ao MPF de oferecer proposta de suspensão condicional do processo.

ApCrim [5000640-85.2021.4.03.6005](#)

Desembargador Federal Ali Mazloum 305

Ausência de audiência de custódia. Concessão da liberdade provisória com imposição de medidas cautelares diversas. Ilicitude. Prisão preventiva. Requisitos: *fumus comissi delicti* e *periculum libertatis*. Reiteração delitiva. Prisão cautelar decretada.

ReSe [5002125-90.2025.4.03.6002](#)

Desembargador Federal Paulo Fontes 308

Habeas Corpus. Prisão em flagrante. Operação do exército em zona de fronteira. Crime ambiental (art. 56, *caput*, Lei 9.605/1998). Alegação de ilegalidade da abordagem, interrogatório e busca pessoal. Competência constitucional e legal das forças armadas. Lei complementar nº 97/1999, art. 16-A - possibilidade de prisão em flagrante por militares. Fundada suspeita. Inexistência de nulidade. Constrangimento ilegal não configurado.

HCCrim [5010836-48.2025.4.03.0000](#)

Juíza Federal Convocada Raecler Baldresca 310

Habeas Corpus. Crime contra o sistema financeiro nacional. Pedido de revogação da ordem de suspensão do exercício da atividade profissional. Paciente apontado como líder de organização criminosa. *Fintechs* usadas para lavagem de capitais. Operação *Concierge*.

HCCrim [5022046-96.2025.4.03.0000](#)

Desembargador Federal André Nekatschalow 311

Décima Primeira Turma

Crime De Transporte De Agrotóxico (art. 15 da Lei nº 7.802/1989). Competência da Justiça Federal. Nulidade não verificada. Tipicidade. Desclassificação para o crime do art. 56 da Lei nº 9.605/1998. Impossibilidade. Materialidade e autoria dolosa. Regime de cumprimento da pena. Mantido. Substituição. Não cabimento. Efeito secundário da pena. Inabilitação para dirigir veículo.

ApCrim [5000039-13.2020.4.03.6006](#)

Desembargador Federal Hélio Nogueira 312

Discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Lei nº 7.716/1989, art. 20, § 2º. Publicação de conteúdo na internet. Autoria e dolo. Liberdade de expressão. Dosimetria da pena. Pena-base. Menoridade relativa.

ApCrim [5000940-38.2020.4.03.6181](#)

Desembargador Federal Nino Toldo 314

Execução Penal. Agravo. Indulto natalino. Decreto nº 12.338/2024. Pena de multa não quitada. Interpretação restritiva. Hipossuficiência não comprovada. Princípio da legalidade.

AgExPe [5011284-39.2025.4.03.6105](#)

Desembargador Federal José Lunardelli 316

TURMAS RECURSAIS DO JEF

Benefício de pensão por morte. Direito de acrescer (reversão de cotas) extinto com a Emenda Constitucional nº 103/2019. Aplicável a legislação vigente na data do óbito do dependente e não a lei vigente no dia do óbito do instituidor da pensão.

Recurso Inominado Cível [5004833-45.2024.4.03.6327](#)

Juiz Federal José Renato Rodrigues 318

SENTENÇAS

Procedimento Comum Cível. Resolução de contrato de compra e venda do imóvel. Alegação de vícios redibitórios.

5000874-41.2021.4.03.6143

Juiz Federal Substituto Adolpho Augusto Lima Azevedo 321

Ação Civil Pública Cível. Medidas de acolhimento dos refugiados afegãos acampados no Aeroporto Internacional de Guarulhos. Danos morais coletivos. Valor a ser revertido ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos.

5011916-91.2023.4.03.6119

Juiz Federal Substituto Vítor Burgarelli Campos Melo 346

Ação Penal. Organização criminosa transnacional. Tráficos de drogas. Contrabando. Receptação. Flagrante delito. Fuga. Apreensão de maconha e cigarros eletrônicos.

5000673-28.2024.4.03.6116

Juiz Federal Gustavo Catunda Mendes..... 368

Procedimento do Juizado Especial Cível. Aposentadoria por idade para os trabalhadores rurais. Exercício da função de motorista em propriedades rurais não se enquadra como atividade tipicamente rural.

5005405-88.2024.4.03.6201

Juiz Federal Ricardo Duarte Ferreira Figueira 415

Mandado de Segurança Cível. Inventário. Recolhimento de ITCM com base no valor venal de imóveis. Pedido de concessão de ordem para afastar a incidência do IRPF sobre a diferença positiva entre o valor atual de mercado e o custo de aquisição dos imóveis.

5005659-73.2024.4.03.6100

Juiz Federal Substituto Renato Adolfo Tonelli Júnior 420

Procedimento Comum Cível. Pleito de retificação de assentos junto ao Departamento da Polícia Federal. Nascimento em território ucraniano durante a vigência do regime soviético, razão pela qual foram registrados com nomes russos nos passaportes. Direito de serem identificados pelos nomes na grafia e pronúncia de sua terra natal

5014498-87.2024.4.0.3.6100

Juiz Federal Substituto Daniel Chiaretti 426

Mandado de Segurança Cível. Concurso Público Nacional Unificado. Candidato portador do Transtorno do Espectro Autista (TEA, nível de suporte 1) e do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade. Pleito de reagendamento do procedimento de caracterização da deficiência do impetrante, desde que não conflite com a data e horário da prova do concurso da Controladoria Geral do Estado, à qual o impetrante também irá se submeter.

5000827-64.2025.4.03.6131

Juíza Federal Substituta Gabriella do Carmo Pantoja Duarte 431

Ação Popular. Operação de incorporação da BRF pela Marfrig. Ausência de ato administrativo impugnado. Inadequação da via eleita.

5018096-15.2025.4.03.6100

Juiz Federal Ricardo de Castro Nascimento 438

SÚMULAS

Súmulas do TRF da 3ª Região 446

Súmulas da Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região..... 454

Demandas Repetitivas no Âmbito do TRF da 3ª Região (IRDR E IAC) 459